

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Decreto para elevar a 40% mistura de etanol na gasolina gera polêmica..... 6

O Estado de S. Paulo

Título: Roraima estoca óleo para evitar apagões..... 9

Título: Linhão que solucionaria problema não sai do papel 10

Valor Econômico

Título: Acordo para megaleilão da cessão onerosa avança 16

Título: Disputa por espaço na Câmara acelera reforma ministerial 23

Título: IBS-Energy alcança R\$ 1,2 bilhão em contratos..... 32

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....3

Título: Governo traça estratégia para ter isenção de sobretaxa nos EUA..... 3

Título: Vamos perder mais uma vez para São Paulo 4

Título: Protecionismo americano 5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo5

Título: Painel..... 5

Título: Decreto para elevar a 40% mistura de etanol na gasolina gera polêmica..... 6

Título: Brasil não descarta ir à OMC contra Trump, diz diretor 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....9

Título: Roraima estoca óleo para evitar apagões..... 9

Título: Linhão que solucionaria problema não sai do papel 10

Título: Morte de peixes paralisa turbinas de Belo Monte 12

Título: Honorários e privilégios 13

Título: Governo prepara argumentos para sair da lista do aço	15
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Acordo para megaleilão da cessão onerosa avança	16
Título: Siderurgia e segurança pública	19
Título: Sobretaxa ao aço pode afetar compra de produtos americanos	21
Título: OMC ainda não recebeu recursos contra sobretaxa dos EUA, diz Azevêdo	22
Título: Disputa por espaço na Câmara acelera reforma ministerial	23
Título: Aliados atenuam reação a tarifas dos EUA	25
Título: Guerra comercial elevaria o risco de uma guerra EUA-China.....	27
Título: Destaques	29
Título: Eon faz oferta pela Innogy em negócio de € 43 bi.....	30
Título: IBS-Energy alcança R\$ 1,2 bilhão em contratos.....	32
Título: Curtas	33
Título: Mineroduto da Anglo vaza e minério atinge rio	33
Título: Indústria já vê nova era da bioeconomia.....	35
Título: TJ-RJ condena siderúrgica por uso indevido de créditos de ICMS.....	37

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Gabriela Valente, Letícia Fernandes e Bárbara Nascimento****Título: Governo traça estratégia para ter isenção de sobretaxa nos EUA**

Negociadores querem demonstrar que aço brasileiro não é ameaça.

-WASHINGTON E BRASÍLIA- O governo brasileiro está reunindo argumentos para iniciar a negociação com os Estados Unidos para isentar exportações brasileiras da sobretaxa ao aço e ao alumínio no mercado americano. A preparação passa pela definição de diferentes estratégias: desde acenar com a oferta de acesso facilitado ao mercado brasileiro para alguns produtos americanos até listar os segmentos em que o Brasil é relevante para as exportações americanas, que seriam prejudicadas caso o país decida retaliar sem conseguir escapar da alíquota de 25% para o aço e de 10% para o alumínio, assinadas na semana passada por Donald Trump.

Os dados serão compilados em um estudo que servirá de base para os negociadores. A argumentação principal será a de que o Brasil não ameaça a segurança nacional americana — pretexto usado por Trump — nem faz parte do problema que o presidente americano quer atacar, mas sim o contrário. A ideia é frisar que o Brasil compra carvão americano para produzir aço e importa produtos manufaturados. Por isso, a balança de comércio do setor é favorável aos americanos. Além disso, o aço semiacabado do Brasil favorece a siderurgia americana, tentarão convencer os emissários brasileiros.

As indústrias dos dois países serão descritas como complementares. O documento deve ser enviado até o fim da semana que vem. O prazo para a manifestação do governo brasileiro termina na sexta-feira da próxima semana. Nessa estratégia, o apoio dos parceiros americanos, como siderúrgicas que comprem placas brasileiras ou exportadores de carvão para as companhias no Brasil, é considerado fundamental. O Brasil não deve ser proativo e oferecer nenhum benefício no início da negociação. A orientação é aguardar as demandas do governo americano.

OMC QUER SOLUÇÃO SEM "QUIPROQUÓ"

O governo só vai recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) após esgotar as tratativas bilaterais. Ontem, após se reunir com o presidente Michel Temer em Brasília, o diretor-geral da OMC, o brasileiro Roberto Azevêdo, negou que a organização tenha sido enfraquecida pela crise gerada pela sobretaxa

americana e disse apostar numa solução sem "ações e reações": — Acho que estamos em um primeiro momento dessa rodada de negociações, mas espero muito que esses entendimentos frutifiquem e que consigamos evitar uma situação de quiproquó — disse o diretor da OMC, acrescentando que retaliações poderão levar a uma guerra comercial "onde só há perdedores".

Com receio de perder espaço para Canadá e México, o Brasil quer ficar ao lado deles na lista de isentos da taxaço. Mas o governo brasileiro estuda também as medidas que terá de tomar se não conseguir a isenção. Segundo uma fonte, as primeiras missões são "exploratórias" para saber o grau de liberdade de negociação. Assim, não há uma data prevista para uma conclusão ou alguma reunião definitiva marcada até agora. É esperada também atuação forte do setor produtivo brasileiro, que contratou uma empresa americana de lobby para defender seus interesses em Washington.

Apesar da cooperação, governo e empresários não estão totalmente satisfeitos com a estratégia. Enquanto representantes da indústria dizem que o governo demorou a agir na comparação com europeus e australianos, fontes do governo afirmam que, em outros países, os industriais tiveram um envolvimento maior no esforço de convencimento.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Adriano Pires

Título: Vamos perder mais uma vez para São Paulo

O fato da Assembleia Legislativa do Rio estar criando dificuldades para regulamentar o Decreto do Governador sobre a Lei do Repetro, remete-me a dois períodos. 1) O Rio à época do Brizola era a capital financeira do país até que o governador resolveu aumentar o ICM sobre as operações bancárias e essa ação levou à migração do mercado financeiro para São Paulo, junto com muitos empregos e arrecadação.

2) No governo Marcelo Alencar, foi a vez da transferência do hub do Galeão para Guarulhos e de novo a motivação foi a decisão do governo em aumentar o ICM sobre o combustível de aviação.

Pelo visto, acontecerá o mesmo com o setor de óleo e gás. Enquanto a Assembleia do Rio não entende a importância da aprovação do decreto do Repetro para mantermos o Rio como a capital do petróleo, a de São Paulo sai na frente regulamentando esse decreto. Será que mais uma vez vamos perder para São Paulo? A conferir.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Protecionismo americano**

O aumento da tributação do aço está tendo forte impacto nas siderúrgicas internacionais. Segundo levantamento da consultoria Economática, as empresas estrangeiras cotadas na bolsa de Nova York perderam US\$ 1,6 bilhão em valor de mercado desde o anúncio de Donald Trump, no dia 1º de março. Já as siderúrgicas dos EUA ganharam US\$ 14,8 bilhões

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor:****Título: Painei**

Cartas na mesa

Funcionários do governo e negociadores do setor privado começaram a avaliar as opções do Brasil para tentar livrar as siderúrgicas brasileiras da sobretaxa imposta pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, às importações de aço. A ordem é apelar primeiro para empresas americanas que dependem do produto brasileiro, mas os EUA parecem insensíveis ao argumento. Se nada der resultado, outros temas da agenda comercial bilateral poderão entrar na barganha.

Também quero no ano

Passado, quando a sobretaxa do aço começou a ser discutida, os americanos pediram ao Brasil abertura no mercado de trigo. Os brasileiros disseram não, por causa dos interesses da Argentina, mas o assunto poderá voltar agora.

Olha quem fala um lobista ouviu de um funcionário americano que também há incômodo em Washington. Ele lembrou que em 2017 o Brasil impôs sobretaxa de 20º/o à importação de etanol americano, para proteger os usineiros brasileiros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: JULIO WIZIACK GUSTAVO URIBE DE BRASÍLIA****Título: Decreto para elevar a 40% mistura de etanol na gasolina gera polemica**

Proposta em estudo na Casa Civil foi rechaçada dentro do governo e questionada por entidades do setor

Lei que define volume de anidro não pode ser alterada por uma canetada; Temer decide não fazer mudanças

O presidente Michel Temer decidiu nesta segunda-feira (12) regulamentar o Renova-Bio, programa destinado a biocombustíveis, sem mexer na composição atual de etanol na gasolina. O recuo foi motivado por reações contrárias à medida dentro do próprio governo e de setores que participaram das discussões do programa.

Segundo auxiliares de Temer, o presidente resolveu, no entanto, ampliar por decreto a parcela de biodiesel no diesel dos atuais 6% para 10%.

Como revelou a Folha nesta segunda-feira (12), a Casa Civil preparava um decreto que elevaria dos atuais 27% para 40%, até 2030, o índice de anidro (álcool) na gasolina. A medida seria tomada dentro do programa de bio-combustíveis.

O presidente Michel Temer participou dessas discussões, mas disse que essa alteração só seria feita se não houvesse problema jurídico, impacto fiscal, nem aumento de preço da gasolina.

A reportagem mostrou que a perda anual com a arrecadação de tributos sobre a gasolina seria de R\$ 4 bilhões e o litro do combustível com a nova mistura ficaria R\$ 0,06 mais caro para o consumidor.

O Ministério de Minas e Energia reagiu. Em nota, afirmou que não havia previsão na lei [que criou o RenovaBio] para o aumento do etanol por decreto.

"Não há nenhum estudo ou documento (...), em qualquer esfera do governo, que cogite da elevação da mistura do etanol, dos atuais 27% em vigor", diz a nota. "[o programa] Prevê o estabelecimento de metas nacionais de redução de emissões de carbono para a matriz de combustíveis."

O RenovaBio foi uma das bandeiras do Ministério de Minas e Energia para estimular a cadeia de biocombustíveis, incluindo o etanol, afetados pela recessão e pela política da ex-presidente Dilma Rousseff que travou a Petrobras no reajuste de preços da gasolina. Sob Temer, o preço passou a flutuar conforme as condições no mercado internacional.

IMPOSSÍVEL

Para a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), seria impossível que o governo alterasse a mistura de etanol na gasolina por decreto.

"Existe uma legislação específica para isso e ela definiu, no passado, que esse índice passaria de 18% para 27,5%, como é hoje", disse Elizabeth Farina, presidente da entidade. "Já estamos no teto. Se o governo quisesse aumentar, teria de alterar a lei em vigor."

Farina, que participou dos debates do RenovaBio no governo, afirmou que, no início das discussões do projeto de lei na Câmara, houve a proposta de que a mistura de álcool na gasolina chegasse aos 40%, mas ela foi descartada.

"O que esperamos é um decreto que estabeleça o papel de cada um nessa nova política. Não tem nada a ver com preço", disse.

Na área jurídica da Casa Civil, no entanto, a proposta continuou ativa. Os advogados consideravam possível mudar a composição da gasolina dentro do RenovaBio.

Para eles, no quarto artigo da lei, que trata dos instrumentos da política, existe um item prevendo "adições compulsórias de biocombustíveis aos combustíveis fósseis".

Essa brecha trouxe à tona a discussão sobre novos patamares da composição da gasolina.

A polêmica levou o presidente Temer a manter o patamar de álcool na gasolina.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DE BRASÍLIA

Título: Brasil não descarta ir à OMC contra Trump, diz diretor

Chefe de organismo do comércio encontra Temer e afirma que governo busca alternativas com outros países.

O diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Roberto Azevêdo, afirmou nesta segunda-feira (12) que o presidente Michel Temer não descarta recorrer à entidade internacional para contornar a sobretaxa imposta pelos Estados Unidos à importação do aço.

Segundo ele, o governo brasileiro está neste momento avaliando alternativas e buscando entendimento com a administração de Donald Trump, mas não exclui apelar ao mecanismo de solução de controvérsias caso os esforços não tenham resultado.

"Pelo que pude depreender, o governo brasileiro está em contato com outros países afetados pelas medidas para estudar alternativas que serão mais adequadas. Não sei se há uma determinação neste momento de recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias. Eu entendo que o governo brasileiro não exclui essa possibilidade, mas estuda outras alternativas", afirmou.

Azevêdo disse esperar que os países afetados cheguem a um acordo com os EUA para evitar uma disputa comercial. "Essa escalada é difícil de reverter. Uma vez que você entra por esse caminho de retaliações recíprocas, você sabe quando e como começa, mas não sabe quando ou como esse processo termina", afirmou Azevêdo.

Para ele, o processo de ação e reação leva a guerras comerciais que não são do interesse de ninguém e nas quais não há vencedores. Questionado, disse que nenhum país afetado recorreu até o momento à OMC.

O diretor-geral teve uma audiência nesta segunda com Temer no Palácio do Planalto. Com a medida de Trump, as tarifas, que variam de acordo com o tipo de produto, passarão de até 0,9% para 25% sobre o aço e de 2% para 10% sobre o alumínio.

AMEAÇAS

A comissária europeia do Comércio, Cecilia Malmström, afirmou nesta segunda que a União Europeia (UE) não tem medo das ameaças protecionistas de Trump e disse que o bloco se defenderá.

"Recentemente, vimos como [o comércio] é usado como uma arma para nos ameaçarem e nos intimidarem, mas não temos medo", afirmou Malmström durante um discurso em Bruxelas sobre o comércio sustentável.

Desde o anúncio das barreiras tarifárias, na quinta-feira (9), a UE tenta fazer Washington excluir as exportações europeias. A empreitada foi sem sucesso até o momento. (MAELI PRADO)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Roraima estoca óleo para evitar apagões

No fim de semana, Estado ficou no escuro, pois depende da energia venezuelana; óleo será usado nas usinas térmicas.

A crescente ocorrência de cortes no abastecimento elétrico de Roraima, Estado que tem 82% de sua energia produzida pela Venezuela, levou o governo a adotar medidas de emergência para não deixar a população no escuro. O objetivo é evitar situações como a ocorrida no último fim de semana, quando parte do Estado ficou no escuro, devido a problemas na linha de transmissão do país vizinho.

O Estado apurou que, nos últimos dias, caminhões carregados de óleo diesel começaram a ser enviados para Boa Vista e região, com o propósito de estocar o combustível usado pelas usinas térmicas que funcionam no Estado. A ideia é dobrar o tempo de autonomia dessas usinas, caso haja corte de luz pelo país vizinho. O Brasil paga R\$ 150 milhões por ano à Venezuela pelo fornecimento.

Na situação atual, caso seja interrompido o fornecimento pela Venezuela, as usinas de Roraima têm capacidade de garantir o abastecimento por apenas quatro dias. Com o estoque de óleo, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** quer elevar essa capacidade para oito dias, podendo chegar a até 15 dias de suprimento, que é a capacidade máxima que as plantas conseguem guardar. O plano foi confirmado pelo secretário de energia elétrica do MME, Fábio Lopes Alves.

“Realmente tínhamos de buscar uma alternativa, uma ação de backup mesmo. Como a situação na Venezuela está cada vez mais precária, não nos resta outro caminho senão adotar essa medida emergencial”, disse. Geração. Roraima é hoje o único Estado brasileiro que não está conectado ao chamado Sistema Integrado Nacional (SIN), a rede de transmissão de energia que conecta todo o País. Por conta desse isolamento, depende da geração de usinas térmicas locais e da importação de energia que faz de hidrelétricas da Venezuela.

O abastecimento feito pelo país vizinho sempre apresentou instabilidades, mas essa oferta tem ficado cada vez mais precária, segundo o MME. O custo da

geração térmica é pesado. A estimativa total para atendimento a Roraima sem a geração da Venezuela é de mais de R\$ 160 milhões por mês. Em um ano, essa independência custaria R\$ 1,95 bilhão. Atualmente, são consumidos em média 130.000 litros, equivalente a 130 m³. Considerando que a capacidade típica dos caminhões são de 60.000 litros, equivale de 2 a 3 caminhões por dia.

Uma segunda medida prevista para eliminar de vez a dependência da energia venezuelana passa pela realização de um leilão de novas usinas previsto para ocorrer ainda neste primeiro semestre. O governo fechou um pacote de projetos para Roraima que inclui projetos de usinas solares, eólicas, biomassa e biogás. Esses projetos, que devem somar investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões, vão acrescentar mais de 200 megawatts de geração, praticamente o consumo médio do Estado.

Uma vez leiloadas, essas usinas deverão entrar em operação entre dois e três anos. O leilão ainda vai ser debatido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Além de eliminar a importação de energia, os projetos reduzem a dependência das térmicas a óleo, mais caras e poluentes. Blecaute. No último sábado, o parque térmico da Eletrobrás Distribuição Roraima teve que ser acionado para restabelecer o fornecimento de energia de Roraima, capital e interior.

A operação funcionou durante quatro horas. O desligamento da linha venezuelana, segundo a estatal, foi causado por galhos de árvores que afetaram a rede no trecho de Macagua - Las Claritas, na Venezuela. /A.B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: A. B.

Título: Linhão que solucionaria problema não sai do papel

Concessionárias que venceram o leilão, em 2011, querem devolver a concessão para a União; caso está na Justiça.

A construção de uma linha de transmissão entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR) se transformou em uma pilha de processos judiciais. Leiloadada em setembro de 2011, a linha de transmissão que integraria todo o País numa única rede tinha previsão de entrar em operação em janeiro de 2015. Três anos depois, só existe no papel. E nos tribunais.

A concessionária Transnorte Energia, controlada pela Alupar e Eletronorte, entrou em confronto direto com a União e quer devolver a concessão, mas o governo nega o pedido e, principalmente, pagamento de indenização. A

empresa tentou fazer a devolução amigável do projeto, depois de passar mais de seis anos tentando obter licença ambiental para realizar a obra, sem sucesso.

Do total de 721 quilômetros de extensão da linha, 125 km teriam de passar pela terra indígena Waimiri Atroari, onde estão 31 aldeias e 1,6 mil índios. O processo acabou travado na Funai e não obteve licenciamento. Ocorre que, além de desistir da obra, a empresa cobra uma indenização de R\$ 534 milhões, a preços de 2016, por conta do que gastou no empreendimento frustrado, envolvendo compra de equipamentos, infraestrutura, contratações de terceiros etc.

Em novembro do ano passado, a Transnorte ingressou com uma ação ordinária na 22ª Vara Federal do Distrito Federal, exigindo a extinção do contrato e a indenização. A área jurídica do **Ministério de Minas e Energia (MME)** analisou o caso e decidiu que não concorda com a devolução do projeto e com a indenização.

A decisão foi tomada na semana passada. No entendimento do Ministério, o fato de o projeto ter conseguido a licença prévia ambiental – etapa que indica a viabilidade ambiental do projeto, mas não autoriza o início das obras – comprova que o empreendimento teria condições de ser executado. A Transnorte Energia não quis comentar o assunto.

Consulta.

Na semana passada, a governadora de Roraima, Maria Suely Campos, também resolveu procurar os tribunais, para tentar destravar o empreendimento. O governo estadual entrou com uma ação de direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar suspender uma determinação judicial que exige consulta prévia às comunidades indígenas da região.

No processo, Maria Suely pede que torres e linhas sejam instalados “independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas e à Funai”. A governadora pede ainda que sejam suspensos “todos os procedimentos e processos judiciais” que tenham por finalidade “a ampliação de terras indígenas já demarcadas”.

Quando foi licitada, a linha tinha custo estimado de R\$ 1,1 bilhão e prazo de concessão de 30 anos. Hoje não tem data para sair do papel e sequer há um traçado para a obra. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Morte de peixes paralisa turbinas de Belo Monte**

Ibama pediu a suspensão dos testes na hidrelétrica do Xingu após constatar a morte de uma tonelada de peixes no início deste ano.

A concessionária Norte Energia, dona da hidrelétrica de Belo Monte, foi notificada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para que paralise os testes e operações de suas novas turbinas, até que apresente uma solução definitiva para evitar a morte de peixes no lago da hidrelétrica. Entre fevereiro e março, uma tonelada de peixes mortos foi retirada do local.

A decisão foi tomada após o órgão ambiental averiguar que, a cada teste e acionamento de suas máquinas, Belo Monte tem causado a mortandade de milhares de pescados, inclusive no período de desova. A decisão do Ibama, conforme apurou o Estado, foi tomada na última sexta-feira, após técnicos terem confirmado que o problema tem sido recorrente e que, mesmo após medidas tomadas pela empresa para acabar com o problema, a situação persiste.

A morte dos peixes ocorre por causa da força que os rotores das turbinas geram no fundo do reservatório. Ao entrarem em operação ou mesmo durante sua fase de testes, as turbinas sugam os peixes. Cada máquina acionada em Belo Monte tem 611 megawatts de potência, e sua paralisação significa um impacto pesado no planejamento do setor elétrico. Uma turbina da usina equivale a praticamente tudo o que será entregue pela hidrelétrica de São Manoel, construída na fronteira do Mato Grosso com o Pará, com capacidade de atender cerca de 2,5 milhões de pessoas.

O projeto de Belo Monte prevê que 18 turbinas com essa capacidade vão entrar em operação até meados de 2019. A concessionária já acionou oito dessas estruturas e espera a liberação do setor elétrico para entrar com a nona máquina em atividade. O Ibama, no entanto, aponta que as regras de acionamento não têm incluído medidas que protejam os peixes do Rio Xingu e quer parar os testes.

Entre janeiro e fevereiro, quando a Norte Energia colocou sua oitava máquina para rodar, o Ibama já havia notificado a empresa para que tomasse medidas e resolvesse o problema. Na semana de 16 e 24 de fevereiro, relatórios apresentados ao Ibama apontaram que 395 quilos de peixes (936 unidades de

várias espécies) foram retirados mortos do rio. Um dia depois, em 25 de fevereiro, a concessionária informou que usou duas técnicas para acabar com a mortandade.

Uma consistia em fazer a injeção de ar com alta pressão no tubo de sucção das turbinas para espantar os peixes. A outra se apoiou em utilização de uma equipe de mergulho. Dois mergulhadores entraram na máquina e seguiram pelo interior do tubo de sucção até as pás da turbina, na tentativa de afugentar os peixes. Mas não deu certo, segundo o Ibama. Nos dias seguintes, entre 25 de fevereiro e 5 de março, foram coletados 1.072 peixes mortos, equivalentes a 508 quilos.

“As medidas propostas pelo empreendedor foram testadas (...) e se mostraram ineficientes”, conclui o parecer do Ibama, apontando que as medidas “não indicam redução significativa nas taxas de perecimento de peixes”. Grade. O relatório técnico menciona casos de mortes de peixes ocorridos no acionamento da hidrelétrica de Teles Pires, na Amazônia, problema só solucionado com a instalação de uma “grade anticardume”.

Procurado pela reportagem, o Ibama não comentou o teor de sua notificação. A Norte Energia confirmou que houve morte de peixes em fevereiro “acima dos valores esperados para esse momento do ano.” A empresa informou que “aplicará recursos para implantar e desenvolver barreiras e outras soluções tecnológicas que evitem a entrada de cardumes de peixes no tubo de sucção”.

Sobre a paralisação da usina, declarou que a medida “geraria graves efeitos à população local e às regiões para onde a produção da usina é escoada, o que resultaria em elevação dos custos das tarifas e prejuízos ambientais, decorrentes do acionamento das termoeletricas.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & informações

Autor:

Título: Honorários e privilégios

O debate sobre a reforma da Previdência contribuiu para mostrar à população a discrepância dos regimes previdenciários do servidor público e do trabalhador da iniciativa privada. Há, no País, uma classe de privilegiados, que desfruta de facilidades e condições inacessíveis à maioria da população. Os privilégios, no entanto, não se restringem às aposentadorias e pensões.

O problema é mais amplo e mais arraigado. São décadas de pressão política de parte do funcionalismo público, com o objetivo de incorporar continuamente

novos benefícios para sua turma. Não foi obra de amadores essa captura do Estado para interesses corporativos e pessoais. É gente que conhece o riscado, ágil em vincular suas manobras a dispositivos legais. Sua tática é assegurar um caráter de legalidade aos privilégios de que desfrutam, como meio de perpetuar suas práticas. Recentemente, veio à tona mais um caso escandaloso.

A Eletrobrás e a Eletropaulo chegaram a um entendimento sobre uma antiga disputa judicial, relativa a um empréstimo feito à distribuidora paulista em 1986. No acordo, estabeleceu-se que a Eletropaulo deverá pagar à Eletrobrás R\$ 1,4 bilhão, dividido em cinco parcelas ao longo de 48 meses. O pacto contém, no entanto, um pequeno detalhe.

Os advogados da Eletrobrás asseguraram no acordo que eles deverão receber da Eletropaulo R\$ 100 milhões a título de honorários de sucumbência. Ou seja, os advogados da estatal receberam, durante todo o processo, seus respectivos salários – o trabalho realizado foi devidamente remunerado – e ainda conseguiram acrescentar, na assinatura do acordo, um generoso cachê adicional.

Esse tipo de manobra perverte o sentido dos honorários de sucumbência. Se é cabível algum ressarcimento em função de todo o processo judicial, quem merece essa indenização é a Eletrobrás, que teve sua equipe jurídica ocupada por tanto tempo com essa demanda. Foi a empresa estatal que sofreu os danos e os riscos do processo judicial. Até algum tempo atrás, não havia dúvidas sobre esse ponto.

Por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou vasta jurisprudência no sentido de que “a titularidade dos honorários advocatícios de sucumbência, quando vencedora a Administração Pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, ou as empresas públicas, ou as sociedades de economia mista, não constituem direito autônomo do procurador judicial, porque integram o patrimônio público da entidade”.

Esse respeito à coisa pública foi abalroado, no entanto, pelo intenso lobby de algumas corporações públicas. Na redação do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), incluiu-se um parágrafo – o casuístico § 19 do artigo que regula os honorários – para dizer que “os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei”.

A confirmar a força das corporações, já no ano seguinte, em 2016, foi aprovada a Lei 13.327, que regulamentou os honorários de sucumbência das carreiras públicas. Fixou-se, por exemplo, que os honorários devem ser distribuídos

também entre os funcionários inativos. Não se vê qualquer menção a critério de rateio por mérito, produtividade ou eficiência.

“Os valores dos honorários devidos serão calculados segundo o tempo de efetivo exercício no cargo, para os ativos, e pelo tempo de aposentadoria, para os inativos”, diz o art. 31. Também foi criado um Conselho Curador dos Honorários Advocatícios, para, entre outras funções, “adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios (...) sejam creditados pontualmente”.

Não falta diligência na defesa dos interesses da esperta rapaziada. Os R\$ 100 milhões de honorários para os advogados da Eletrobrás lembram a tremenda injustiça dessa legislação enviesada, que de forma tão desavergonhada repassa o que é público a alguns poucos. É preciso dar fim, o quanto antes, também a esse privilégio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta

Título: Governo prepara argumentos para sair da lista do aço

País ainda não decidiu se vai levar o caso à OMC; por enquanto, a ordem é negociar bilateralmente a exclusão, como outros países.

O Brasil analisa se a sobretaxa de 25% que os Estados Unidos querem impor às importações de aço é compatível com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Principalmente, se a justificativa apresentada pelo governo de Donald Trump, o da segurança nacional, se sustenta diante das negociações país a país que ele próprio anunciou.

“Tem um tweet do Trump diz do que, se os europeus baixarem suas tarifas de importação e eliminarem algumas barreiras ao comércio, a medida pode ser revista em relação ao aço europeu”, disse o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes. “Que segurança nacional é essa que depende do levantamento de barreiras sobre outras linhas de importação?” Ainda não há, porém, uma decisão de recorrer à OMC.

O governo prefere antes negociar bilateralmente a reversão dessa medida, a exemplo do que vêm tentando outros países. Para isso, atua em duas frentes. Na primeira, se articula com as empresas americanas que serão prejudicadas com a sobretaxa para oferecer a elas mais dados, que as ajudem a negociar com o governo dos EUA a exclusão do aço brasileiro.

Na segunda, reúne mais dados, inclusive com a ajuda das empresas americanas, para tentar reverter a medida numa negociação governo a governo. Aloysio negou que temas como a importação de etanol e as tratativas da Embraer com a Boeing possam se tornar moeda de troca na negociação bilateral. “Se levantarmos as barreiras, o tributo sobre a importação do etanol, nossa exportação deixa de ser de segurança nacional? O que tem a ver uma coisa com a outra?” Se as duas ofensivas se frustrarem, o Brasil recorrerá a outros instrumentos, inclusive à OMC.

As bases jurídicas da sobretaxa já estão em estudos e foram objeto de uma conversa, ontem, do presidente Michel Temer com o diretor-geral da OMC, o embaixador brasileiro Roberto Azevêdo. Aloysio participou do encontro, no Planalto. “Exploramos várias alternativas”, disse Azevêdo ao final da reunião. Ele explicou que o mecanismo de solução de controvérsias da OMC é um dos instrumentos que podem ser utilizados. O Brasil não descarta recorrer a ele, mas examina outras possibilidades.

Entendimento.

Segundo o diretor-geral, o governo brasileiro busca entendimento com os EUA e também se articula com outros países prejudicados para, se for o caso, atuarem conjunto. Até o momento, informou, nenhum país recorreu ao mecanismo. Até porque os EUA ainda estão dialogando para decidir quais países e produtos serão afetados pela medida, e com qual intensidade.

“Acho que estamos num primeiro momento”, disse. “Espero muito que os entendimentos frutifiquem e possamos evitar uma situação de quiproquó.” Ele se refere à escalada de retaliações comerciais. “Sabemos como e quando começa, mas não sabemos nem como, nem quando se consegue cessar esse processo.” Uma guerra comercial, afirmou, não interessa a ninguém, pois todos perdem. Azevêdo não informou se a tese da segurança nacional defendida por Trump é sustentável. Segundo fontes da área diplomática, esse argumento foi utilizado poucas vezes e até hoje a OMC não chegou a uma decisão final sobre ela.

Ontem, Trump voltou a recorrer à tese de segurança nacional para impedir a aquisição da fabricante de chips Qualcomm pela Broadcom, por US\$ 117 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Acordo para megaleilão da cessão onerosa avança

O governo e a Petrobras estão próximos de um acordo sobre a revisão do contrato de cessão onerosa no pré-sal. Quase dois meses após a criação de um grupo interministerial para tratar do assunto, houve "avanços significativos" nas discussões, segundo fontes. Na última reunião, sexta-feira passada, houve entendimento em torno das diretrizes gerais de um acordo - tanto a abrangência dos valores que a União deve pagar à estatal quanto a forma de leiloar o excedente.

Não vai ser possível concluir os trabalhos até meados da próxima semana, quando vence o prazo fixado inicialmente para o funcionamento do grupo, e haverá uma prorrogação por mais 60 dias. A ideia, no entanto, é ter um acordo definitivo em menos de dois meses e realizar o megaleilão do petróleo excedente ainda neste ano.

Os seis blocos da cessão onerosa abrigam 5 bilhões de barris que foram destinados à Petrobras na capitalização ocorrida em 2010. O excedente, estimado em pelo menos 6 bilhões de barris adicionais, seria leiloado agora.

Diante das boas perspectivas de um acordo, o governo tenta se antecipar a eventuais questionamentos de órgãos de controle e ontem mesmo já apresentou um panorama atualizado para o Tribunal de Contas da União (TCU).

Para haver tempo hábil para a organização do certame e a preparação das empresas interessadas, a meta do governo é anunciar o leilão do excedente do pré-sal até o final do mês de agosto.

Originalmente, por causa do período eleitoral, trabalhava-se com a perspectiva de fazer a licitação até o fim de junho ou o início de julho. Um dos consensos já aceitos pelas consultorias jurídicas dos ministérios envolvidos nas negociações é que não há impedimentos para organizar o certame em meio à corrida presidencial. A única vedação é para campanhas publicitárias que, por exemplo, exaltem investimentos e empregos gerados com a cessão onerosa. Mas a comunicação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) com potenciais investidores não sofre restrições.

Outra decisão bastante provável é que, se realmente sair do papel, o megaleilão tenha as mesmas exigências de conteúdo local daquelas válidas para o contrato original da cessão onerosa.

O coordenador do grupo é o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, que preparou um "termo de confidencialidade" sobre o assunto. O documento teve que ser assinado por todos os participantes para evitar vazamentos das discussões. A alegação dada por Guardia é que isso era necessário por causa do impacto sobre as ações da Petrobras nas bolsas.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tem reunião marcada para o dia 21 e não incluiu, na pauta, sinal verde para o leilão do excedente da cessão onerosa. A aprovação do certame deve ficar para uma reunião extraordinária ainda no primeiro semestre. Na área de petróleo e gás, entretanto, o CNPE tem dois assuntos relevantes na agenda.

Um é a definição de estímulos para investimentos privados no setor de refino. O governo quer atrair parceiros, principalmente estrangeiros, para novas refinarias de combustíveis e diz que já houve grupos interessados. Para autoridades da área energética, com o crescimento da produção no pré-sal, o Brasil fica com mais petróleo de alta qualidade e poderia transformá-lo mais facilmente em gasolina. Se não houver ampliação do parque de refino, porém, as exportações ficarão concentradas em óleo bruto.

Outro tema importante na reunião do dia 21 são os novos percentuais mínimos de conteúdo nacional para as 7ª a 13ª rodadas da ANP. O CNPE deve dar um aval à agência reguladora para mudanças nas exigências originais dos contratos, que estavam na iminência de descumprimento.

Os novos percentuais serão de 25% para construção de poços, de 40% para os sistemas de coleta e escoamento e de 40% para as plataformas de petróleo, divididos em três segmentos distintos.

Alguns setores do governo estão desconfortáveis com essa flexibilização de exigências feitas no passado. Embora reconheçam que hoje os percentuais são inatingíveis, temem uma judicialização dos contratos. Isso porque, até a 13ª rodada, os compromissos de nacionalização de equipamentos e serviços além do mínimo obrigatório era um dos critérios considerados pela ANP para definir a vitória em cada bloco leiloadado.

Na reunião de ontem, representantes da Petrobras e do MME foram ao TCU para dar detalhes sobre as negociações. Diante das notícias sobre o leilão, o ministro José Múcio Monteiro havia determinado à área técnica do TCU que fizesse uma inspeção no MME para levantar dados atualizados sobre as negociações.

No encontro, as partes confirmaram o avanço das tratativas e se comprometeram a apresentar as bases finais do acordo em até 60 dias. Participaram o **secretário-executivo do Ministério das Minas e Energia, Paulo Pedrosa**, e a diretoria-executiva de Exploração e Produção da Petrobras, Solange da Silva Guedes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Antonio Delfim Netto****Título: Siderurgia e segurança pública**

Um dos axiomas escondidos nas dobras da teoria econômica é que o mundo é um arquipélago de ilhas que se supõem independentes, cujas populações se estimam e se respeitam mutuamente. Predomina, de um lado, a paz do mundo (*pax orbis terrarum*) e, de outro, um sentimento altruísta. No interior de cada ilha há uma cooperação entre o capital (trabalho cristalizado em bens de produção, um torno mecânico, por exemplo), que multiplica a produtividade do trabalhador vivo que lhe vende a sua força de trabalho.

O equilíbrio interno em cada ilha exige um Estado constitucionalmente controlado capaz de dar suporte a uma instituição fundamental, a propriedade privada dos bens de produção, em torno da qual se organizam os "mercados". Infelizmente, as experiências de organizar a sociedade sem o direito de "propriedade" (que está longe de ser um direito "natural") mostraram uma convergência para o autoritarismo absoluto.

Há 200 anos, um economista, David Ricardo, demonstrou que o livre comércio entre as ilhas melhoraria no longo prazo o nível de bem-estar de todas. Trata-se de uma verdade aritmética baseada na desigualdade da produtividade do trabalho em cada ilha. Sobre ela não cabe discussão. O livre comércio entre as ilhas implica, entretanto, redefinição dos seus processos produtivos, o que gera ganhadores e perdedores que, no longo prazo, se não estiverem mortos, também serão beneficiados. No "intermezzo" entre o curto e o longo prazos, entretanto, os perdedores "votam" e o processo encontra barreiras que podem ser desastrosas.

Resposta tem que ser mais inteligente do que a simples retaliação

A realidade histórica mostra que o desejo de autonomia de cada ilha é muito forte. Elas não se enxergam como parceiras, mas como concorrentes. Desconfiam umas das outras. Têm inveja das mais bem-sucedidas e, afinal, não se conformam com a hierarquia que lhes é imposta pelo equilíbrio da liberdade de comércio.

Deveria ser óbvio que a paz mundial está cada vez mais longe, e tem tudo para piorar com o comportamento desastrado de Trump, a disfarçada sutileza de Xi e a cínica firmeza de Putin. Todas as outras ilhas devem providenciar um mínimo de autonomia, principalmente aquelas que estão fora do teatro da operação, quer por sua insignificância, quer pela distância, como é o caso brasileiro.

A segurança nacional de cada ilha tem três facetas: 1) a autonomia alimentar. No caso de conflito geral, a ilha deve ter condições de produzir a suficiência alimentar (o que o Brasil tem de sobra); 2) a autonomia energética, que felizmente hoje tem um complemento (o pré-sal) e está realizada; e 3) a autonomia militar. No Brasil, as Forças Armadas devem ter capacidade dissuasiva, que torne custosa qualquer tentativa de apropriação de nossos recursos.

Quando uma dessas autonomias é ameaçada por efeitos produzidos por uma expansão significativa das importações, a própria Organização Mundial do Comércio reconhece a legitimidade de medidas protecionistas. A questão é que a estupidez voluntarista de Trump pode produzir um processo de retaliação recíproca, que reduzirá o nível de comércio mundial e, com ele, o PIB de todas as economias, inclusive a dos EUA. Ele não poderá fazer a guerra, se tiver de importar aço da China e da Rússia... O seu problema, entretanto, é modernizar a ultrapassada estrutura produtiva de aço dos EUA e não destruir a do mundo...

A vítima principal de Trump no Brasil é o seu setor siderúrgico, absolutamente indispensável para a continuação lenta, mas persistente, da nossa indústria bélica. Lembremos que boa parte de nossos recursos se encontra até 300 quilômetros da fronteira marítima e, na eventualidade de conflito, precisamos de um aparato de defesa suficientemente dissuasivo, produzido internamente. É preciso insistir que nosso setor siderúrgico é, "no chão da usina", tão produtivo (tonelada de aço/trabalhador) quanto os melhores do mundo. A China não é uma economia de mercado e despeja sua capacidade ociosa nos outros países. Os seus preços são políticos.

As atuais dificuldades da nossa siderurgia decorrem da redução da demanda interna, produzida pela recessão construída pela política de governo somada à paulatina eliminação da sua isonomia competitiva: taxa de juros real gigantesca (aplicada a um longo processo produtivo); taxa de câmbio real relativamente valorizada (pelo diferencial da taxa de juros interna e externa) e a cobrança de impostos sobre a exportação!

Por mais competentes e bem-intencionados que sejam os formuladores de nossa política econômica, é preciso reconhecer que a indústria siderúrgica é, mesmo, ligada à necessária autonomia militar e fundamental para a segurança nacional. Isso transcende à discussão do "protecionismo" vulgar de que tratam os economistas. Se o Brasil voltar a crescer, se o juro real interno continuar a aproximar-se do externo, devolvendo ao câmbio o seu papel, e se o Tesouro reconhecer que não podemos tributar o consumidor estrangeiro, o setor caminhará, como sempre caminhou, com suas próprias pernas. Enquanto isso não acontecer, ele deve ser amparado por uma questão de segurança nacional.

O importante é que a resposta do mundo à imbecilidade de Trump, produto de um ridículo viés mercantilista, tem que ser mais inteligente do que a simples retaliação comercial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marta Watanabe | De São Paulo

Título: Sobretaxa ao aço pode afetar compra de produtos americanos

O Brasil exportou aos Estados Unidos total de US\$ 2,63 bilhões em aço no ano passado, considerando manufaturados e semimanufaturados. O valor representa 41,3% dos US\$ 6,38 bilhões do total de aço exportado pelo Brasil em 2017. Também no ano passado o Brasil importou US\$ 1,07 bilhão em hulha dos americanos, 31,7% do total que o país desembarca do produto, incluindo combustíveis obtidos a partir desse carvão, que é usado, entre outras coisas, na produção de aço.

Em 2017 produtos semimanufaturados de ferro e aço foram o quarto produto mais vendido pelo Brasil aos EUA enquanto a hulha betuminosa ficou em terceiro entre os produtos americanos mais importados pelo país.

A complementaridade entre produtos exportados e importados no comércio bilateral deve ser um dos grandes argumentos que os brasileiros levarão ao governo americano contra as sobretaxas no aço e no alumínio divulgadas na última semana, segundo Welber Barral, sócio da Barral M Jorge e ex-secretário de Comércio Exterior.

Caso se estenda para outros produtos, diz ele, as sobretaxas, principalmente quando aplicadas em produtos industrializados, podem afetar o comércio intrafirma, mais comum nas trocas com os EUA do que na média do total das importações e exportações do Brasil. Isso atingiria tanto as multinacionais brasileiras quanto as americanas.

"No caso dos EUA, o comércio intrafirma é muito forte para alguns produtos", diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Para ele, isso reforça a ideia de que é preciso buscar a solução via negociação ao lado das empresas americanas. Além disso, o comércio bilateral não tem volume suficiente para alguma iniciativa mais radical, como a retaliação.

"A prioridade de Trump será negociar com União Europeia ou Japão", diz Castro. Ele destaca que o avanço da China, e consequentemente das commodities no comércio internacional, também afetou o comércio Brasil-EUA.

Até mesmo dentro dos embarques brasileiros, a fatia aos americanos encolheu. Em 2000, lembra Castro, 24% das exportações do país destinaram-se aos EUA. Em 2005, porém, caiu para 19%. No ano passado ficou em 12,3%.

Mesmo assim, os americanos foram o segundo maior destino dos embarques brasileiros em 2017. O perfil dos embarques no decorrer do tempo, porém, mudou. Os manufaturados, que responderam por 72,4% da exportação aos EUA em 2000, caíram para 56,4% em 2017. Os básicos tomaram o lugar, com avanço de 7,1% para 17,7%, na mesma comparação.

O principal produto exportado pelo Brasil aos americanos no ano passado, destaca Castro, foi o petróleo, que representou 10% do total embarcado aos americanos. O principal produto importado foi um derivado do petróleo, o óleo diesel, com fatia de 18% do total das importações origem EUA em 2017.

Na balança bilateral, após déficits seguidos do Brasil de 2009 a 2016, o país teve superávit em 2017, de US\$ 2,23 bilhões. Para Castro, trata-se de resultado pontual, que deve ser revertido em 2018, quando as importações devem avançar mais que as exportações. No primeiro bimestre há déficit para o Brasil, de US\$ 442,2 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: OMC ainda não recebeu recursos contra sobretaxa dos EUA, diz Azevêdo

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, afirmou ontem, em Brasília, que nenhum país recorreu até o momento à organização para contestar a decisão dos Estados Unidos de sobretaxar aço e alumínio importados. Depois de se reunir com o presidente Michel Temer, Azevêdo disse que o governo brasileiro está em contato com outros países afetados pela medida para estudar alternativas.

O diretor-geral considerou, porém, que o momento é de primeira rodada de negociações e disse esperar que esses entendimentos frutifiquem, uma vez que é difícil reverter uma escalada de retaliações. Na semana passada, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que o país cobrará tarifa de 25% para o aço importado e 10% para o alumínio a partir de 23 de março.

"Essa escalada é difícil reverter. Você sabe como começa, mas não sabe como cessar", disse. "Pelo que pude depreender, o governo brasileiro está em contato com outros países que estão sendo afetados para estudar alternativas do ponto de vista brasileiro e até coletivas", afirmou Azevêdo.

O diretor-geral negou que a instituição esteja paralisada ou enfraquecida em meio à atual tensão no comércio internacional após o anúncio feito pelos EUA. Admitiu, no entanto, que a área de resolução de conflitos da instituição passa por situação "preocupante" e que há conversas com diferentes membros com objetivo de solucionar os entraves.

Segundo ele, a área de resolução de controvérsias, hoje esvaziada pela falta de juízes por causa de bloqueios feitos pelos EUA aos nomes, passa por um momento "delicado". "Com relação ao órgão de resolução de controvérsias, é uma situação muito delicada e preocupante. O mecanismo não parou. Nós continuamos atuando e ouvindo as apelações, portanto não houve paralisação do sistema ainda. Mas se essa situação perdurar durante muito tempo, o risco de paralisação é grande", disse ontem em Brasília.

Os Estados Unidos, sob a administração de Donald Trump, estão bloqueando a nomeação de novos juízes no Órgão de Apelação da OMC, contra a posição dos outros países. Na prática, isso fragiliza o tribunal superior do comércio global, que já resolveu 500 disputas e evitou guerras comerciais nos últimos 20 anos.

Azevêdo afirmou que uma solução para o entrave na área de resolução de conflitos está sendo buscada. "Estamos ouvindo membros e conversando para ver se eles encontram solução que permita lidar com essa situação de impasse. Não posso especular sobre essas ideias, são muitas. Mas não há inércia, não há paralisação", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Disputa por espaço na Câmara acelera reforma ministerial

Ministros prestes a deixar o governo para concorrer nas eleições de outubro devem se desincompatibilizar dos cargos até, no máximo, 7 de abril. Mas para os auxiliares do presidente Michel Temer com mandatos parlamentares esse prazo é mais apertado: vai até o dia 26, para que possam retomar as atividades em tempo hábil de disputar relatorias e cargos estratégicos em comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado.

O primeiro ministro a se afastar da função até o dia 26 é o titular da Saúde, Ricardo Barros, do PP. Ele quer retomar o mandato na Câmara para garantir uma vaga na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso.

Barros é cotado para presidir a CMO, enquanto o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), deve ganhar a relatoria da última Lei Orçamentária elaborada pelo governo Temer, para o ano de 2019.

O bloco presidido pelo PP (que reúne MDB, DEM, PSB, PCdoB, PDT, PEN, Podemos, PHS e PSC) terá a presidência da comissão. Se não levar o cargo, Barros assumirá uma relatoria setorial da comissão.

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), ainda não definiu o sucessor de Barros na pasta da Saúde. Temer gostaria de indicar um médico renomado para a função, o partido tende a optar por um técnico que já tenha conhecimento do funcionamento do ministério.

O regimento interno da Câmara estabelece que os líderes partidários podem indicar deputados para compor as comissões a qualquer momento, durante a legislatura. Mas deputados que desejem assumir presidências ou vice-presidências de comissões, ou relatorias de projetos estratégicos, têm de reassumir os mandatos antes de abril, quando os colegiados já estarão funcionando.

Outros ministros-deputados que podem seguir Barros são: Maurício Quintella Lessa (PR), dos Transportes, Mendonça Filho (DEM), da Educação, Marx Beltrão (MDB), do Turismo, Osmar Terra (MDB), do Ministério do Desenvolvimento Social, Sarney Filho (PV), do Meio Ambiente, **Fernando Coelho Filho (MDB), de Minas e Energia**, e Leonardo Picciani (MDB), do Esporte.

O ministro das Cidades, Alexandre Baldy, sem partido, deve se filiar ao PP de Ricardo Barros em solenidade programada para esta quarta-feira, mas cogita permanecer no cargo. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (MDB), também deve ficar no Executivo.

Ontem Temer promoveu a primeira reunião do ano com líderes e vice-líderes do governo no Congresso. Ele pretendia, com o encontro, filtrar quais aliados seguem com o governo e quais estão inclinados a um desembarque para se alinhar a outros pré-candidatos à Presidência da República que não serão apoiados, em um primeiro momento, pelo Planalto, como o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Antes da reunião, o vice-líder do governo, deputado Beto Mansur (PRB-SP), reconheceu que o encontro serviria para "discutir a relação". "Vai ter uma DR. Eu acho isso muito bom para que a gente daqui para a frente, ou até perto do pleito, possa aprovar aquilo que o governo pretende apresentar para a sociedade", explicou Mansur. "Se algum líder ou vice-líder do governo na Câmara não estiver à vontade no posto, esse é o momento de sair", avisou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Andrea Thomas, Paul Vieira e David Winning | Dow Jones Newswires****Título: Aliados atenuam reação a tarifas dos EUA**

Na tentativa de evitar as sobretaxas impostas pelo presidente Donald Trump às importações americanas de aço e alumínio, os países aliados dos EUA estão tentando se equilibrar entre o confronto e a conciliação, enquanto avaliam o quanto podem ceder em ofertas comerciais à Casa Branca.

A premiê da Alemanha, Angela Merkel, disse ontem que quer superar a disputa comercial via negociações, e não retaliações, adotando um tom mais conciliador em relação às tarifas de Trump do que o adotado pelas autoridades da União Europeia (UE) que cuidam do comércio para a Alemanha e os outros 27 países do bloco.

Trump, que vem acusando aliados da Europa e de outras partes do mundo de práticas comerciais injustas, disse em uma mensagem no Twitter ontem que o secretário do Comércio dos EUA, Wilbur Ross começará a discutir com representantes da UE "as grandes barreiras e tarifas que eles usam contra os EUA. Injustas para com nossos agricultores e indústrias".

Enrico Brivio, porta-voz de comércio da UE, afirmou ontem que contatos em vários níveis deverão ser mantidos nesta semana, mas que critérios de isenções dos EUA permanecem incertos, antes da entrada em vigor das tarifas, em 23 de março. Autoridades europeias disseram que não negociarão outras questões comerciais "sob ameaça".

Um porta-voz da Comissão Europeia subiu o tom ao acusar Trump de distorcer o debate numa disputa transatlântica que ameaça se tornar uma guerra global. "Escolher tarifas específicas em uma categoria, como olhar apenas tarifas sobre automóveis em ambos os lados, não proporciona o quadro completo, enquanto que não leva em consideração níveis mais baixos [de tarifas] em outros produtos e não proporciona um cenário preciso das tarifas no geral."

Trump sinalizou a sua disposição de isentar das previstas tarifas de importação, de 25% sobre o aço e de 10% sobre o alumínio, os parceiros comerciais que fizerem concessões em outras questões do comércio bilateral.

Em um "tuíte" no sábado, Trump disse: "A União Europeia, países maravilhosos que tratam os EUA muito mal no comércio, está reclamando das tarifas sobre o aço & o alumínio. Se eles derrubarem suas barreiras & tarifas terríveis à entrada de produtos americanos, derrubaremos as nossas". Trump também reiterou seu

objetivo de eliminar o déficit comercial dos EUA com a União Europeia: "Caso contrário, vamos taxar carros, etc. É JUSTO!".

Ao anunciar seu plano na quinta-feira, Trump isentou o Canadá e o México, que estão renegociando o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) com os EUA. Na sexta-feira, Trump insinuou que poderá fazer concessões à Austrália em troca de uma isenção.

Os líderes dos países aliados, embora confirmem seu alinhamento estratégico com os EUA, prometeram não se atemorizar com as tarifas propostas.

A ministra das Relações Exteriores do Canadá, Chrystia Freeland, disse que seu país não vai ceder a exigências novas ou anteriores do governo Trump para manter a isenção tarifária, nas negociações sobre o Nafta.

"Não nos sujeitaremos a nenhum tipo de pressão", afirmou ela no domingo.

O premiê da Austrália, Malcolm Turnbull, também desqualificou a ideia de fazer concessões. "Nada desse tipo", disse ele no sábado. Turnbull também sugeriu que a Austrália conseguirá isenções dos EUA e que o país não tem nenhuma intenção de aderir a potenciais contestações na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Ao mesmo tempo, muitos aliados dependem fortemente dos EUA. O Japão e a Coreia do Sul dependem da proteção do aparato militar dos EUA e dos lucros obtidos no mercado americano, e ambos estão tendo negociações bilaterais de comércio com Washington desde o ano passado.

A Alemanha registra o maior superávit comercial da Europa com os EUA, e Merkel, ao apresentar a agenda de seu novo governo, em Berlim, disse ver com satisfação a realização de negociações entre a UE e Washington.

"Tamanha diferença de opiniões, sobre se há uma situação justa ou não, tem de ser superada com negociações e não, se puder se evitar, com medidas unilaterais", afirmou Merkel.

"Se essas medidas unilaterais não puderem ser evitadas, estudaremos, naturalmente, como reagir reciprocamente. Mas, por enquanto, nossa ênfase está nas negociações, e haverá muitas oportunidades para isso."

A UE advertiu que, se Washington não conceder isenção das pretendidas tarifas ao bloco, imporá cerca de US\$ 3,5 bilhões em tarifas a determinados produtos americanos, contestará as tarifas na OMC e sancionará medidas destinadas a salvaguardar os setores de produção europeus das exportações de aço e alumínio desviadas dos mercados americanos. **(Com a Reuters)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Gideon Rachman | Financial Times****Título: Guerra comercial elevaria o risco de uma guerra EUA-China**

As bases do relacionamento entre os EUA e a China ruíram na semana passada. Os principais motivos foram a guinada dos EUA rumo ao protecionismo e a inclinação da China em direção a um governo de um homem só.

Nos últimos 40 anos, as duas maiores economias do mundo se engajaram na globalização com base no entendimento de como seria o comportamento do outro país. Os chineses pressupunham que os EUA continuariam a apoiar o livre comércio. Os americanos acreditavam que a liberalização econômica da China levaria, em algum momento, à liberalização política.

Ambas as suposições agora foram estilhaçadas. No domingo, na China, o Congresso Nacional do Povo avalizou mudança constitucional que permitirá ao presidente Xi Jinping governar sem limite de prazo. Três dias antes, o presidente dos EUA, Donald Trump, havia anunciado tarifas sobre a importação de aço e alumínio e tuitado que "guerras comerciais são boas e fáceis de vencer".

A confiança entusiasmada de Trump ignora, contudo, os perigos envolvidos quando se desencadeia uma guerra comercial. Esses riscos não são simplesmente econômicos: uma guerra comercial torna mais provável que, algum dia, os EUA e a China deslizem para uma guerra de verdade.

Até agora, as ambições geopolíticas de uma China em ascensão vinham sendo contidas pela necessidade de manter os mercados ocidentais abertos. Se o protecionismo dos EUA der uma escalada, então os cálculos da China vão mudar. Há grandes chances, de fato, de que as tarifas de Trump sejam apenas a salva de abertura de uma guerra comercial. As medidas anunciadas na semana passada foram de natureza generalizada e vão causar relativamente pouco dano direto à China. Porém, tarifas futuras, particularmente se baseadas em questões de propriedade intelectual, provavelmente vão apontar a mira com mais precisão para os chineses. Afinal, Peter Navarro, chefe de comércio exterior da Casa Branca, é autor de um livro chamado "Death by China" (morte causada pela China, em inglês).

A afronta econômica dos EUA à China chega ao mesmo tempo em que Pequim se mostra cada vez mais confiante e intensifica a sua própria afronta ideológica e geopolítica à Washington. Na era Xi, a China iniciou um programa ambicioso de "construção" de ilhas no Mar do Sul da China, para reforçar suas reivindicações territoriais e marítimas. O objetivo mais amplo é acabar com o

domínio dos EUA no Pacífico ocidental - por onde passam as rotas comerciais marítimas mais importantes do mundo.

Ao mesmo tempo, o novo autoritarismo de Pequim vem sendo propagandeado não apenas como o método de governo mais adequado para a China, mas também como modelo mundial alternativo à democracia ocidental.

À medida que os dois países se inclinam para um confronto comercial, territorial e ideológico, é provável que também cresça a sensação de descontentamento de ambos os lados. Os presidentes da China e EUA são nacionalistas. Frequentemente dão vazão a sentimento de orgulho nacional ferido. Trump sustenta que o mundo está rindo dos EUA e que a China violentou os EUA. Xi prometeu conduzir um "grande rejuvenescimento" do povo chinês - que vai finalmente enterrar o "século de humilhação" iniciado em 1849, quando o país foi invadido e parcialmente colonizado.

A emergência de líderes como Trump e Xi é reflexo de mudanças ideológicas mais amplas nos dois países. Um período de 30 anos de salários reais estagnados ou em declínio para a maioria dos trabalhadores americanos corroeu a crença nos benefícios da globalização e do livre comércio nos EUA. Trump foi a voz protecionista mais potente na campanha presidencial em 2016, mas até sua oponente, Hillary Clinton, viu-se obrigada a repudiar a Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), que ela outrora havia defendido.

Sucessivos presidentes americanos também acreditaram que o capitalismo seria uma espécie de cavalo de Tróia, que desgastaria por dentro o governo de partido único da China. Como disse certa vez o presidente americano George W. Bush, "que se comercialize livremente com a China e o tempo estará do nosso lado". O establishment americano acreditava que uma China mais liberal estaria menos propensa a desafiar os EUA no cenário internacional. Um dos pilares centrais do internacionalismo liberal é que as democracias não entram em guerra entre si.

Desdobramentos políticos na China de Xi, porém, contradizem a visão de mundo liberal internacionalista que moldou sucessivas presidências americanas. A China não se tornou mais democrática. Também deixou de estar disposta a viver silenciosamente dentro de uma ordem mundial dominada e arquitetada pelos EUA.

Essas mudanças são reflexo da crescente percepção de maior de poder nacional dentro da China, que tem destacado novas ideias e pensadores. Na era pré-Xi, os líderes e acadêmicos chineses gostavam de ressaltar a dependência mútua entre seu país e os EUA. O argumento convencional era o de que o rápido desenvolvimento da China se materializava no contexto de um mundo

dominado pelos EUA - e, portanto, havia pouco sentido em contestar os EUA. Mas essa versão chinesa de internacionalismo liberal não é mais consenso em Pequim. Recentemente, intelectuais chineses começaram a argumentar que "a ordem mundial encabeçada pelos EUA é um terno que deixou de servir", nas palavras de Fu Ying, presidente do comitê de assuntos internacionais do Congresso Nacional do Povo.

Essa nova combinação de protecionismo e nacionalismo nos EUA e de uma China nacionalista e assertiva é potencialmente explosiva. Mas há certos aspectos da ideologia de Trump que podem tornar um conflito menos provável.

Diferentemente de seus antecessores recentes, Trump tem menos interesse em promover a democracia no exterior. Provavelmente, não vai perder o sono por preocupações com os passos de Xi rumo a um governo de um homem só. Na verdade, ele pode até vir a invejá-lo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério abaixo dos US\$ 70

No sétimo dia consecutivo de queda, o minério de ferro renovou ontem o menor nível em três meses, pressionado pela tensão dos mercados quanto à tarifa dos Estados Unidos sobre o aço importado. Os preços da matéria-prima com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuaram 0,2%, para US\$ 69,93 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Também influenciada pela expectativa de perda de ritmo no crescimento econômico chinês, ao mesmo tempo em que a oferta do insumo se eleva no mercado transoceânico, a cotação cai 3,7% no acumulado de 2018. Só em março, o recuo é de 11%, quebrando uma série de quatro meses seguidos em alta.

Santo Antonio e Aneel

A Santo Antonio Energia, concessionária da hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira (RO), solicitou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) inicie o processo de restabelecimento de sua garantia física para 2.424 megawatts (MW) médios. Segundo a companhia, os trâmites necessários para que a hidrelétrica ganhe nova autorização do Ibama para que a usina volte a operar na cota de 71,3 metros, ante os 70,5 metros atuais, devem ser concluídos em breve. Com isso, a garantia física, que foi reduzida em 96,1 MW médios, deve ser restabelecida.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Tobias Buck | Financial Times, de Berlim****Título: Eon faz oferta pela Innogy em negócio de € 43 bi**

As ações das principais companhias de serviços públicos da Alemanha subiram ontem, depois que investidores e políticos sinalizaram apoio a um ambicioso "takeover" de € 43 bilhões da companhia de energias renováveis Innogy pela Eon, um negócio que vai redesenhar o mercado de energia.

Sob os termos da operação, anunciada no fim de semana, a Eon vai oferecer € 5,2 bilhões aos acionistas minoritários da Innogy e uma participação na empresa combinada ao seu acionista controlador RWE.

A aquisição será seguida de uma série de trocas de ativos que deixarão a Eon concentrada nas redes regulamentadas de energia e nos clientes de varejo. A RWE se transformará em uma geradora de energia líder com o controle sobre as operações de renováveis da Eon e da Innogy. O negócio colocará a RWE - há muito dependente da produção de carvão - na vanguarda da substituição pelas energias renováveis na Europa.

A transação, que exigirá a aprovação das autoridades antitruste, só deverá ser concluída no segundo semestre

Líderes políticos acolheram bem ontem o negócio em Berlim, em meio a esperanças de que a divisão da Innogy deixe a Alemanha com duas empresas mais fortes, mais capacitadas para competir com suas concorrentes europeias. "É bom ter na Alemanha fornecedores de energia competitivos e com foco internacional. Os planos atuais podem contribuir para isso", disse Brigitte Zypries, ministra da Economia e Energia.

Armin Laschet, primeiro-ministro do estado de North Rhine-Westphalia, onde ficam as sedes da Eon e RWE, disse à televisão alemã: "Com isso teremos duas companhias fortes competindo internacionalmente. Isso também é bom para os empregos em North Rhine-Westphalia".

O setor de energia da Alemanha passa por mudanças drásticas nos últimos anos, com a Eon e a RWE duramente atingidas pela chamada "Energiewende", a mudança ditada pelo governo da geração convencional e nuclear de energia para as energias renováveis.

Em resposta, as duas companhias decidiram se desmembrar. A RWE transferiu suas operações de "energias verdes" para a Innogy, enquanto a Eon criou a

Uniper, uma empresa listada à parte, para abrigar suas operações de geração convencional de energia. Em janeiro, ela vendeu sua participação de 47% na Uniper para a Fortum, uma empresa de serviços públicos da Finlândia, em mais um sinal das grandes mudanças que varrem o setor.

Segundo analistas, a complexa transação faz sentido estratégico para a RWE e a Eon, embora alguns tenham alertado que a Eon pagou demais pela Innogy. Outros observaram que o negócio representa a segunda grande reorganização do setor de energia em apenas dois anos e vai forçar a cúpula da nova empresa a dedicar mais atenção aos esforços de reestruturação.

"Um dos pontos positivos é que ela ajudará a Eon a obter escala e eficiências em redes e no varejo, e transformar a RWE em uma fornecedora líder em renováveis e na segurança de fornecimento. No entanto, isso envolverá outros dois anos de reestruturação dos custos", escreveram analistas da Jefferies em uma nota a investidores divulgada ontem.

As ações da RWE subiram 8% ontem e as da Eon, mais de 5%. As ações da Innogy, na qual a RWE manteve uma participação de 77% após ter sido desmembrada em 2016, subiam 13% no fim do período da manhã.

Analistas da Keples Cheuvreux disseram: "O que estamos sabendo hoje [ontem] parece ser favorável para a RWE, que obtém uma nova perspectiva com uma maior operação global de energias renováveis e um preço alto pela Innogy; é bom para os acionistas da Innogy, que conseguiram um preço alto (e devem aceitá-lo); e mais indefinido para a Eon, que está pagando um preço alto, dobra suas redes, cujos valores provavelmente estão em seu pico estrutural, e seu tamanho no varejo, que é uma fonte de problemas".

A transação, que exigirá a aprovação das autoridades antitruste, só deverá ser concluída no segundo semestre. A autoridade antitruste alemã disse que ainda é muito cedo para comentar o "takeover" proposto, mas há um apoio cauteloso ao negócio da parte do presidente da federação de proteção ao consumidor da Alemanha.

Klaus Müller disse ao jornal "Handelsblatt": "A Innogy é um provedor básico caro, portanto a esperança é que a Eon reduza as tarifas de eletricidade".

A administração da Innogy anunciou ontem os resultados anuais da companhia, mas não quis fazer nenhum comentário sobre o negócio com a Eon. Se ele for aprovado, representará o fim da Innogy como empresa independente, apenas dois anos depois de ela ter nascido da RWE.

Uwe Tigger, executivo-chefe interino da Innogy, disse não ter dúvidas de que o desmembramento foi "o caminho certo", apesar da pressão pelo

desmembramento da companhia e a divisão de seus ativos entre a Eon e a RWE. Ele acrescentou que a empresa continua caminhando para cumprir suas previsões de lucros revistos para o atual exercício.

Tigger assumiu o comando no lugar de Peter Terium em dezembro. O ex-executivo-chefe deixou a companhia após um alerta de lucro que provocou uma queda no preço da ação da Innogy.

O executivo-chefe interino disse que a empresa busca reduzir custos em € 400 milhões até 2020. Ela teve em 2017 lucro líquido de € 1,1 bilhão, comparado a € 1,8 bilhão em 2016. As receitas somaram € 41,1 bilhões, ante € 41,5 bilhões em no ano anterior. O lucro líquido ajustado subiu 9%, para € 1,2 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: IBS-Energy alcança R\$ 1,2 bilhão em contratos

A IBS-Energy, especializada em comercialização e gestão de energia, alcançou R\$ 1,2 bilhão em contratos de fornecimento de energia com prazo até 2026, totalizando cerca de 450 megawatts (MW). Devido ao volume de energia contratada, a companhia iniciou neste mês uma nova unidade de negócio, de "trading" (compra e venda) de energia de curto prazo.

"Com a mesa de trading, vamos fazer também operações com concentração no curto prazo", disse o presidente da IBS Energy, Antonio Bento. Hoje, os contratos de fornecimento de energia do grupo tem prazo médio de quatro anos.

Segundo Guilherme Musikman, diretor da nova unidade, a operação de trading permite a criação de um hedge natural para os negócios gerenciados pela companhia. "O mercado hoje está oscilando cada vez mais, com mais velocidade", explicou. De acordo com o executivo, cada operação na mesa de trading terá como limite máximo 3% do valor do portfólio da IBS.

Com relação ao mercado livre, Bento explicou que, mesmo com a oscilação dos preços, em geral a migração do mercado cativo continua fazendo sentido, do ponto de vista econômico, para os consumidores. "São muitas possibilidades de migração. Há um espaço enorme para crescer".

O executivo também elogiou a proposta de reforma do setor elétrico, apresentada pelo **Ministério de Minas e Energia** e que deverá ser entregue em forma de projeto de lei ao Congresso. A proposta prevê a abertura gradual do

mercado livre entre 2020 e 2026. "É uma boa notícia o que está sendo colocado à mesa para discussão", explicou Bento.

Criada há 15 anos, a IBS-Energy realiza desde o acompanhamento e suporte para a migração ao mercado livre, até o fornecimento de energia, incluindo representação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ações de eficiência energética. A companhia tem forte atuação nos segmentos de autopeças, alimentos e bebidas e polímeros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Previsão da Eletropaulo

A Eletropaulo pretende investir R\$ 1,18 bilhão neste ano, sendo R\$ 1,09 bilhão de capital próprio e R\$ 94 milhões de terceiros. O principal objetivo dos investimentos é melhorar a eficiência operacional da companhia, reduzindo as despesas operacionais e melhorando a geração de caixa. Para o ciclo 2018 a 2022, a companhia pretende investir R\$ 4,9 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões de capital próprio e R\$ 419 milhões de terceiros, disse Artur Tavares, diretor operacional da companhia, em teleconferência sobre os resultados de 2017. No período de 2015 a 2017, a Eletropaulo investiu R\$ 2,4 bilhões, com foco em confiabilidade operacional e ganhos de eficiência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Mineroduto da Anglo vaza e minério atinge rio

Uma tubulação do mineroduto Minas-Rio, da mineradora Anglo American, se rompeu ontem no município de Santo Antônio do Grama (MG), espalhando 300 toneladas de uma mistura de minério de ferro e água pelo ribeirão que abastece a cidade. A empresa disse que o material não é tóxico.

Mesmo assim, o fornecimento de água à população foi cortado e à noite ainda não havia sido restabelecido, segundo a Defesa Civil. A empresa enviou 14 caminhões pipa para a cidade.

Santo Antônio do Grama, de 4.070 habitantes, é abastecida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), que capta água do Ribeirão Santo Antônio.

O rompimento não deixou vítimas. Mas afetou a rotina de agricultores e de quem cria gado na região. Eles tiveram de ficar sem o abastecimento normal de água, segundo Gilvan de Assis, coordenador da Defesa Civil do município.

Houve apreensão entre moradores que logo de manhã viram o ribeirão tingido a de uma cor avermelhada por causa do vazamento.

A Anglo American disse que o material que vazou do mineroduto é a chamada polpa de minério. "A polpa consiste em 70% de minério de ferro e 30% de água, sendo classificada pela NBR 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como resíduo não perigoso", afirmou a empresa por meio de nota no início da tarde.

À noite, a Secretaria de Meio Ambiente informou que a Anglo American estava monitorando a qualidade da água em dez pontos do Ribeirão Santo Antônio até o Rio Casca - que fica abaixo do ponto de captação da Copasa.

"Também está sendo realizado o acompanhamento dos sedimentos em 30 pontos no ribeirão Santo Antônio. Foram colocadas barreiras no ribeirão Santo Antônio a fim de conter o material que está depositado no curso d'água", disse a secretaria.

O rompimento ocorreu às 7h42, segundo a empresa. E a partir das 8h30 a mineradora passou a bombear só água no mineroduto. A Anglo não informou o que causou o rompimento.

"A Anglo American irá drenar cerca de 1.600 toneladas que ainda estão na tubulação. Para não atingir nenhum curso d'água local na retirada desse material, a empresa irá construir uma bacia para contenção do material. A previsão é de que a construção dessa estrutura seja feita em no máximo 10 horas", informou a Anglo American.

O Minas-Rio começou a operar em 2014. Transporta minério de ferro que a Anglo American produz em Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro (MG) até o porto de São João da Barra (RJ). A mineradora está em fase de licenciamento para expandir sua capacidade de produção, que chegará a 26,5 milhões de toneladas de minério por ano.

O Ministério Público de Minas de Gerais enviou uma equipe que atua em casos de crimes ambientais para Santo Antonio do Grama. O objetivo é apurar as causas e extensão dos danos, informou o MP, por meio de nota.

O MP falou em tomar medidas que garantam reparação e responsabilização dos responsáveis.

O rompimento no Minas-Rio é o terceiro em menos de três anos envolvendo grandes empreendimentos mineradores. Em novembro de 2015, uma barragem de rejeito de minério de ferro da Samarco - mineradora da Vale e da BHP Billiton - se rompeu em Mariana (MG), matando 19 pessoas. Em fevereiro o Ibama multou a Hydro Alunorte, refinaria de alumina da Norsk Hydro, depois um laudo oficial ter detectado contaminantes na água e no solo perto do empreendimento em Barcarena (PA). A Norsk admitiu que, sem as licenças devidas, a refinaria liberou água de chuva que pode ter tido traços de bauxita e soda cáustica. A água chegou ao rio Pará.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Indústria já vê nova era da bioeconomia

A criação da primeira política no Brasil que remunera a redução das emissões de gases de efeito estufa, voltada para o segmento de transportes e batizada de RenovaBio, é encarada por grupos da indústria como um abre-alas para novas políticas que cimentem o avanço da "bioeconomia" no país. O crescimento desse "segmento" tem potencial para gerar investimentos de centenas de bilhões de reais e mudar o status de culturas agrícolas do país, na avaliação da Associação Brasileira Biotecnologia Industrial (ABBI), que reúne companhias cujos processos envolvem produtos biológicos.

O termo "bioeconomia" não é novo, mas ainda vinha se mantendo à margem das políticas públicas. Recentemente, o assunto voltou à pauta, à medida que alguns países passaram a anunciar metas para reduzir o uso de combustíveis fósseis ou acabar com motores à combustão.

Os defensores da bioeconomia se apresentam como substitutos das fontes fósseis na indústria, por utilizarem processos e insumos de origem biológica e com alta tecnologia agregada. Os exemplos vão desde etanol celulósico no Brasil até sabão para roupas feito a partir de plantas.

Mas, para que a transição para uma bioeconomia no Brasil se concretize, é preciso um amplo arsenal de políticas públicas, que podem tomar o RenovaBio como ponto de partida, como afirma Bernardo Silva, presidente ABBI. "Precisamos de uma precificação do carbono para toda economia. Sem isso, a gente não consegue ser competitivo no curto, médio e longo prazos", diz.

A empolgação com o RenovaBio - cujo decreto de regulamentação está prestes a ser anunciado pelo presidente Michel Temer - não significa que a indústria não tenha cautela. Para Silva, o atual momento de definição das metas de redução de emissões para as distribuidoras é essencial para determinar o grau de incentivo aos renováveis, já que a remuneração precisa compensar os custos com o investimento em inovação.

E, mesmo quando o RenovaBio já estiver formatado, a indústria avalia que será preciso uma janela de um ou dois anos para que se possa "ampliá-lo para bioquímicos", afirma Emerson Vasconcelos, presidente regional para a América Latina da Novozymes e atual presidente do conselho da ABBI. "Mas seria uma adaptação relativamente rápida para outros setores da economia", acrescenta.

De acordo com o previsto no RenovaBio, os produtores de biocombustíveis venderão certificados de biocombustíveis (CBios) no mercado para que as distribuidoras cumpram suas metas de emissões. Os papéis poderão ser vendidos também por produtores de biodiesel, bioquerosene de aviação, biogás e biometano.

Aplicar inicialmente uma política de precificação do carbono para biocombustíveis seria, dessa forma, também um primeiro fomento para o setor privado construir "biorrefinarias" - indústrias que podem utilizar uma ampla gama de biomassas para produzir biocombustível e outros "bioprodutos", como aromas, fertilizantes, bioquímicos etc. Atualmente, só há uma biorrefinaria desse tipo no Brasil, em Brotas (SP), recentemente comprada pela DSM da Amirys.

A ABBI calcula que há potencial no país para erguer 120 biorrefinarias, integrando produção de etanol de primeira e segunda geração e de bioquímicos, nas próximas duas décadas, o que demandaria investimentos de US\$ 400 bilhões - com capacidade para agregar US\$ 160 bilhões ao PIB do país, considerando também os efeitos sobre a cadeia.

Um movimento dessa magnitude teria capacidade de alterar o "tabuleiro agrícola" do país, aumentando a área das culturas direcionadas para os bioprodutos, observa Vasconcelos. Atualmente, porém, ainda há biomassa nos solos para ser aproveitada e que ainda é descartada. Estima-se que, só com a palha de cana não utilizada, poderiam ser produzidos 13 bilhões de litros de etanol ao ano, metade da produção atual.

Entretanto, tal expansão depende ainda de outros incentivos governamentais além de um novo RenovaBio, como a criação de um mercado para os produtos da "bioeconomia" (como compras governamentais), redução do custo de investimento para inovação, prazos mais longos para amortizar financiamentos

de tecnologias recentes e a criação de uma estratégia específica para "bioeconomia".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Laura Ignacio | De São Paulo

Título: TJ-RJ condena siderúrgica por uso indevido de créditos de ICMS

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) condenou a CSN a pagar uma autuação fiscal de cerca de R\$ 140 milhões (valor atualizado) por aproveitamento indevido de créditos de ICMS. Ao transferir placas de aço importadas para outro estabelecimento da própria companhia, a CSN usou um valor 75% inferior ao da compra das placas. Assim, segundo a decisão, a operação gerou mais créditos do que poderiam ser usados para quitar débitos futuros de ICMS. Cabe recurso.

Segundo a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RJ), a CSN importou placas de aço no valor de R\$ 255,7 milhões e pagou ICMS-Importação sobre o montante. Contudo, em seguida, ao transferir o produto do terminal portuário Tecar para a Usina Presidente Vargas (UPV) declarou R\$ 63,6 milhões em mercadorias. "Na prática, adotou base de cálculo do ICMS 75% inferior, gerando créditos indevidos de R\$ 36,5 milhões", afirma o procurador da Fazenda do Estado André Serra Alonso.

O Fisco aplicou a autuação em 2011, quando cobrou cerca de R\$ 80 milhões (valor histórico) da CSN. A empresa perdeu na primeira instância e recorreu (apelação). Recentemente, a 22ª Câmara Cível do TJ-RJ finalizou o julgamento com quatro votos a favor do Estado e um contrário.

"A infração tributária está claramente exposta no auto de infração e, por isso, não há como acolher os argumentos da apelante [CSN], merecendo relevo a assertiva do Estado de que a apelante em apreço pagou o ICMS quando da importação da mercadoria com o intuito de transferir crédito do imposto de um estabelecimento para o outro", afirma o voto do relator, desembargador Marcelo Lima Buhatem. "Inexiste argumento que justifique o preço da mercadoria quando de sua transferência de um estabelecimento para outro que não seja, no mínimo, o equivalente ao seu custo quando da aquisição."

Com a decisão, a Procuradoria já pode cobrar o valor exigido por meio da execução fiscal. "O montante está garantido por carta fiança, exceto se for apresentado recurso no prazo, e ele for acolhido com efeito suspensivo", diz Alonso.

No processo, a empresa alega que, ante a demonstração de ausência de prejuízo ao Estado, não resta qualquer valor de ICMS a ser pago, "tendo em vista que as operações realizadas não resultaram em qualquer benefício porque a transferência de mercadorias não sofre incidência do ICMS".

Com base na Súmula nº 166 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acrescenta a empresa, o simples deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte não constitui fato gerador do ICMS.

Por nota, a CSN afirma que "tem certeza da legalidade dessa operação e de que não causou prejuízo ao Estado do Rio de Janeiro. Por isso, irá recorrer aos tribunais superiores".

Para o procurador, o mais importante da decisão do TJ-RJ é que ela diferencia a circulação de mercadorias entre estabelecimentos da circulação com preço inferior. "A Fazenda considerou o imposto pago na circulação de mercadorias entre empresas. Mas a CSN deveria ter anulado os créditos obtidos nessa transferência", afirma Alonso.

MME / ASCOM .